



Prova escrita objetiva – Nível Superior

# TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR

Typo 1 – BRANCA



## SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo setenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas



## TEMPO

- **4 horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova.



## NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



## INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas



## Língua Portuguesa

### Texto 1

“Anúncio: Meu amigo, sente-se cansado, abatido, desmoralizado, com a consciência de que a vida não vale nada? Acha permanentemente que a vida perdeu todos os seus valores, que não há mais ética, conceitos estéticos, nenhum objetivo mais profundo e mais humano a atingir? Sua vista está obnubilada por uma permanente poluição visual? O mundo não passa de uma comercialização a qualquer preço? *Não desespere*: Telefone-nos imediatamente e destruiremos logo o seu aparelho de televisão. *Já! Grátis*: Sem televisão você será um homem inteiramente novo. Sem televisão você voltará a ver a vida como ela é.”  
(Millôr Fernandes, *Definitivo*, Porto Alegre, LP&M, 1994)

### 1

A marca predominante do texto publicitário que se encontra presente no texto 1 é:

- (A) a tentativa de convencimento do leitor;
- (B) a tendência ao emprego de linguagem coloquial;
- (C) a intenção clara de iludir o leitor;
- (D) o tratamento do leitor como alguém a ser instruído;
- (E) a visão positiva do mundo.

### 2

Por meio do texto 1, o autor faz críticas à televisão como meio de comunicação. A crítica NÃO dedutível do segmento destacado é:

- (A) “sente-se...com a consciência de que a vida não vale nada?” / protesto contra a violência exposta em filmes e noticiários;
- (B) “Acha permanentemente que a vida perdeu todos os seus valores, que não há mais ética...?” / protesto contra a imoralidade de parte da programação;
- (C) “...que não há mais ... conceitos estéticos?” / protesto contra o mau-gosto de alguns programas;
- (D) “O mundo não passa de uma comercialização a qualquer preço?” / protesto contra a redução de tudo a produto comercial;
- (E) “...nenhum objetivo mais profundo e mais humano a atingir?” / protesto contra o superficialismo do meio.

### 3

O texto 1 mostra um posicionamento contrário à televisão; sobre essa posição argumentativa, a estratégia empregada no texto 1 é:

- (A) discussão sobre pontos de vista contraditórios;
- (B) refutação de teses opostas;
- (C) apoio a ideias socialmente dominantes;
- (D) eliminação de dúvidas sobre o tema;
- (E) propostas de reflexão com encaminhamento de solução.

### 4

“Acha permanentemente que a vida perdeu todos os seus valores, que não há mais ética, conceitos estéticos, nenhum objetivo mais profundo e mais humano a atingir?”

Nesse segmento do texto 1 há três ocorrências do vocábulo “mais”, que se encontram sublinhadas. A afirmação correta sobre essas ocorrências é:

- (A) as três mostram o mesmo valor semântico;
- (B) as três mostram classes gramaticais distintas;
- (C) a primeira tem valor diferente das demais;
- (D) as duas primeiras possuem o mesmo sentido;
- (E) as duas últimas têm valor de “tempo”.

### 5

Apesar de mostrar uma estrutura de texto publicitário, há características do texto 1 que se opõem aos textos do mesmo tipo; assim, no texto 1:

- (A) o serviço anunciado é inteiramente grátis;
- (B) o público-alvo não é determinado no anúncio;
- (C) a mensagem não conta com pontos de atratividade;
- (D) o anunciante não é identificado;
- (E) o anúncio não fornece pontos de contato.

### Texto 2 – Os bebês e a TV

Os bebês têm uma necessidade muito grande de interação. É esta que permite um saudável desenvolvimento. Como as cores, os movimentos animados e os sons da televisão captam facilmente a atenção dos bebês, muitas vezes os pais (ou até educadoras nas creches - cerca de 73% das crianças vê televisão na creche, segundo a Deco) usam-nas como “babysitters”.

A utilização excessiva da televisão pode comprometer a capacidade do bebê em explorar o ambiente, comunicar, aprender a distrair-se sozinho, acalmar-se de forma autônoma, e aprender a brincar – o que mais tarde pode comprometer o desenvolvimento da capacidade simbólica, fundamental para a saúde mental da criança.

A televisão é uma fonte de hiperestimulação desajustada para os bebês, não só por alguns conteúdos mas principalmente pelos seus ritmos bem mais acelerados e estimulantes que o ritmo da vida real. O seu uso pode deixar o bebê agitado pela quantidade de informação que o seu cérebro terá de processar (pois cada imagem televisiva é constituída por um conjunto de centenas de pontos luminosos). Um bebê pequeno não consegue acompanhar a velocidade da sequência de imagens, nem os cortes constantes de luz e de som, sendo estes ansiogênicos. Os bebês avaliam a sua segurança através dos ritmos, das rotinas, da tranquilidade, assim, qualquer presença disrítmica, como a da televisão, será geradora de ansiedade, aumentando o choro e dificultando o sono. (CAROLINA Albino, *Sapofifestyle*)

### 6

A televisão, segundo o texto 2, é prejudicial aos bebês, principalmente por:

- (A) apresentar conteúdos incompreensíveis;
- (B) provocar ansiedade pela aceleração rítmica;
- (C) despertar curiosidade nos bebês;
- (D) ser utilizada frequentemente como baby-sitter;
- (E) distanciar o bebê do ambiente familiar.

**7**

“..., será geradora de ansiedade, aumentando o choro e dificultando o sono”.

Sobre as relações lógicas implícitas nessa sequência do texto 2, a afirmação correta é:

- (A) a ansiedade provoca aumento do choro que, por sua vez, dificulta o sono;
- (B) a dificuldade de dormir provoca aumento do choro e da ansiedade;
- (C) o aumento do choro provoca aumento da ansiedade que, por seu lado, dificulta o sono;
- (D) a ansiedade provoca aumento do choro e também a dificuldade de sono;
- (E) a ansiedade é provocada pelo aumento do choro e pela dificuldade de dormir.

**8**

“Os bebês têm uma necessidade muito grande de interação.”

Sobre os acentos e sinais gráficos presentes nas palavras desse segmento do texto 2, a afirmação correta é:

- (A) o vocábulo “bebê” só pode ser grafado com circunflexo;
- (B) o vocábulo “têm” recebe acento circunflexo por ter som nasal;
- (C) o vocábulo “têm” mostra número plural por meio do acento circunflexo;
- (D) no vocábulo “interação”, o til mostra que a vogal a é oral;
- (E) no vocábulo “bebês”, o acento mostra que a vogal acentuada deve ser pronunciada fechada.

**9**

“Como as cores, os movimentos animados e os sons da televisão captam facilmente a atenção dos bebês, muitas vezes os pais (ou até educadoras nas creches - cerca de 73% das crianças vê televisão na creche, segundo a Deco) usam-nas como “babysitters”.”

Sobre esse segmento do texto 2, a observação correta é:

- (A) o termo “como”, para evitar ambiguidade, deveria ser substituído por “tais quais”;
- (B) o conector “ou” no interior dos parênteses, deveria ser substituído por “e”, já que se trata de uma adição;
- (C) a expressão “cerca de” só deve ser empregada para números aproximados, não sendo correta nesse caso;
- (D) a forma verbal “vê” deveria ser substituída por “veem” já que seu sujeito é plural;
- (E) a conjunção “segundo” deveria ser substituída por “conforme”.

**10**

Entre as palavras abaixo, retiradas do texto 2, aquela cujo elemento inicial destacado tem seu valor semântico corretamente indicado é:

- (A) hiperestimulação / hiper: deficiência;
- (B) disrítmica / dis: dificuldade;
- (C) televisão / tele: em cores;
- (D) acalmar-se / a: negação;
- (E) autônoma / auto: individual.

**11**

“Os bebês têm uma necessidade muito grande de interação. É esta que permite um saudável desenvolvimento. Como as cores, os movimentos animados e os sons da televisão captam facilmente a atenção dos bebês, muitas vezes os pais (ou até educadoras nas creches - cerca de 73% das crianças vê televisão na creche, segundo a Deco) usam-nas como “babysitters”.”

Esse segmento do texto 2 mostra uma série de elementos coesivos; a opção em que o termo anteriormente referido está indicado INADEQUADAMENTE é:

- (A) esta / necessidade de interação;
- (B) que / esta necessidade de interação;
- (C) crianças / bebês;
- (D) creche / creches;
- (E) nas / crianças.

Texto 3

Estragou a televisão!!!

Luís Fernando Veríssimo

— lliih...

— E agora?

— Vamos ter que conversar.

— Vamos ter que o quê?

— Conversar. É quando um fala com o outro.

— Fala o quê?

— Qualquer coisa. Bobagem.

— Perder tempo com bobagem?

— E a televisão, o que é?

— Sim, mas aí é a bobagem dos outros. A gente só assiste. Um falar com o outro, assim, ao vivo... Sei não...

— Vamos ter que improvisar nossa própria bobagem.

**12**

A frase do texto 3 que NÃO contém uma crítica implícita à televisão é:

- (A) lliih...
- (B) Vamos ter que o quê?
- (C) Fala o quê?
- (D) E a televisão, o que é?
- (E) Vamos ter que improvisar nossa própria bobagem.

**13**

A pergunta do texto 3 que NÃO mostra uma resposta no texto é:

- (A) E agora?
- (B) Vamos ter que o quê?
- (C) Fala o quê?
- (D) Perder tempo com bobagem?
- (E) E a televisão, o que é?

## Texto 4

“Quatro argumentos para acabar com a televisão” – Jerry Mander

Este livro é o primeiro a sustentar que a televisão não pode ser melhorada. Os problemas da televisão inerentes à própria tecnologia são tão perigosos – para a saúde física e mental para o meio ambiente e para a evolução democrática – que este instrumento de massas deveria ser eliminado. Associando as suas experiências pessoais a uma investigação meticulosa e inédita, o autor aborda aspectos da televisão raramente examinados e que nunca antes dele tinham sido relacionados. A ideia de que todas as tecnologias são “neutras” e constituem instrumentos benignos que podem ser utilizados bem ou mal é assim abertamente posta em causa nesta obra. Falar duma reforma da televisão segundo o autor é tão «absurdo como falar da reforma duma tecnologia como a do armamento».

## 14

O texto 4 defende a tese de que a televisão não pode ser melhorada; para sustentar esse ponto de vista o autor do livro citado apela predominantemente para:

- (A) opiniões pessoais ligadas à sua experiência e investigação;
- (B) depoimentos técnicos sobre a própria tecnologia;
- (C) a refutação de opiniões alheias;
- (D) a discussão de pontos nevrálgicos;
- (E) a credibilidade de autoridades do setor.

## 15

Como se trata de um texto publicitário do livro indicado, o texto 4 traz algumas marcas do interesse de divulgar a obra a fim de incentivar sua compra; a principal qualidade do livro, nesse caso, é:

- (A) identificar claramente os males causados pela televisão;
- (B) tratar originalmente do tema;
- (C) provocar a curiosidade do leitor;
- (D) apoiar-se em pesquisas de qualidade;
- (E) indicar outras fontes de estudo do tema.

## 16

“Este livro é o primeiro a sustentar que (1) a televisão não pode ser melhorada. Os problemas da televisão inerentes à própria tecnologia são tão perigosos – para a saúde física e mental para o meio ambiente e para a evolução democrática – que (2) este instrumento de massas deveria ser eliminado. Associando as suas experiências pessoais a uma investigação meticulosa e inédita, o autor aborda aspectos da televisão raramente examinados e que (3) nunca antes dele tinham sido relacionados. A ideia de que (4) todas as tecnologias são “neutras” e constituem instrumentos benignos que (5) podem ser utilizados bem ou mal é assim abertamente posta em causa nesta obra.”

Cinco ocorrências do vocábulo QUE estão numeradas no texto; as ocorrências em que esse vocábulo não possui um significado real, porque NÃO se refere a nenhum termo anterior, são:

- (A) (1) (2);
- (B) (2) (3);
- (C) (3) (4) (5);
- (D) (1) (2) (4);
- (E) (1) (3) (5).

## 17

“...é assim abertamente posta em causa nesta obra”; a expressão sublinhada significa que a ideia destacada vai ser:

- (A) confirmada;
- (B) corrigida;
- (C) discutida;
- (D) combatida;
- (E) ampliada.

## 18

O segmento do texto 4 que exemplifica voz ativa e não passiva é:

- (A) “a televisão não pode ser melhorada”;
- (B) “este instrumento de massas deveria ser eliminado”;
- (C) “nunca antes dele tinham sido relacionados”;
- (D) “todas as tecnologias são “neutras”;
- (E) “é assim abertamente posta em causa nesta obra”.

## 19

Como se trata de um texto de opinião, é natural que o texto 4 possua adjetivos de caráter subjetivo, como o que aparece em:

- (A) saúde física;
- (B) evolução democrática;
- (C) experiências pessoais;
- (D) investigação meticulosa;
- (E) saúde mental.

## 20

“a ideia de que todas as tecnologias são ‘neutras’”; a frase, em sua estrutura, indica:

- (A) uma opinião de caráter geral;
- (B) um tom irônico;
- (C) uma palavra de difícil compreensão;
- (D) um termo muito importante no texto;
- (E) uma palavra utilizada em sentido figurado.

## Raciocínio Lógico-Matemático

## 21

Sargento Garcia quer dispor os soldados presentes a uma solenidade em colunas com exatamente 7 soldados cada uma. Até o momento, 37 soldados estão presentes. O número mínimo de soldados que devem chegar para que o sargento Garcia possa arrumá-los do jeito desejado é:

- (A) 6;
- (B) 5;
- (C) 4;
- (D) 3;
- (E) 2.

**22**

Um mercado anuncia: “Somente hoje: 50% de desconto; leve um pacote de meio quilo de café por apenas R\$ 4,00”.

O preço normal, sem desconto, de um quilo de café nesse mercado custa:

- (A) R\$ 16,00;
- (B) R\$ 14,00;
- (C) R\$ 12,00;
- (D) R\$ 10,00;
- (E) R\$ 8,00.

**23**

Sete amigos foram a um restaurante e combinaram dividir a conta igualmente entre eles. Na hora de pagar, Antonio verificou que havia esquecido sua carteira em casa. Assim, cada um dos seis amigos de Antonio pagou R\$ 4,50 a mais, para cobrir a parte dele.

O valor total da conta foi:

- (A) R\$ 224,00;
- (B) R\$ 203,00;
- (C) R\$ 196,00;
- (D) R\$ 189,00;
- (E) R\$ 175,00.

**24**

Um supersapo faz uma sequência de saltos dobrando sempre, a cada salto, a distância do salto anterior. No 1º, 2º e 3º saltos, o supersapo saltou, respectivamente, 5 cm, 10 cm e 20 cm. O salto em que o supersapo saltou pela primeira vez mais de 10 metros foi o:

- (A) 8º salto;
- (B) 9º salto;
- (C) 10º salto;
- (D) 11º salto;
- (E) 12º salto.

**25**

O gato de Mariana come, diariamente,  $\frac{1}{2}$  da lata de comida para gatos pela manhã e  $\frac{1}{4}$  da lata de comida para gatos ao final da tarde.

Sábado pela manhã, antes de alimentar seu gato, Mariana abriu uma caixa com 12 latas de comida para gatos.

O dia da semana em que o gato de Mariana terminou de comer toda a comida dessas 12 latas foi:

- (A) sexta-feira;
- (B) sábado;
- (C) domingo;
- (D) segunda-feira;
- (E) terça-feira.

**26**

Ângela, Beatriz e Carla estavam em uma academia de ginástica e foram se pesar. Quando Ângela e Beatriz se pesaram, somente elas mesmas viram o próprio peso, mas quando Carla se pesou, Ângela e Beatriz também viram o peso de Carla.

Ângela disse: “Eu não sou a mais pesada” e Beatriz disse: “Eu não sou a mais leve”. As duas disseram a verdade, baseadas nas informações que possuíam.

A ordem das três, da mais leve para a mais pesada, é:

- (A) Ângela, Beatriz, Carla;
- (B) Carla, Ângela, Beatriz;
- (C) Ângela, Carla, Beatriz;
- (D) Beatriz, Carla, Ângela;
- (E) Beatriz, Ângela, Carla.

**27**

Uma tabela com 7 linhas e 13 colunas contém 91 números inteiros positivos.

Marcelo somou os números de cada uma das 7 linhas e depois calculou a média das 7 somas, obtendo como resultado o número A.

Solange somou os números de cada uma das 13 colunas e depois calculou a média das 13 somas, obtendo como resultado o número B.

É verdade que:

- (A)  $7A = 13B$ ;
- (B)  $7B = 13A$ ;
- (C)  $A = B$ ;
- (D)  $7A = 91B$ ;
- (E)  $13B = 91A$ .

**28**

A sequência a seguir mostra o número de gols marcados pelo funcionário Ronaldão nos nove últimos jogos disputados pelo time da empresa onde ele trabalha:

2, 3, 1, 3, 0, 2, 0, 3, 1.

Sobre a média, a mediana e a moda desses valores é verdade que:

- (A) média < mediana < moda;
- (B) média < moda < mediana;
- (C) moda < média < mediana;
- (D) mediana < moda < média;
- (E) mediana < média < moda.

**29**

Em uma empresa de porte médio, 217 funcionários têm casa própria ou carro ou as duas coisas. Se 189 têm carro e 63 têm casa própria, o número de funcionários que têm carro mas não têm casa própria é:

- (A) 124;
- (B) 138;
- (C) 144;
- (D) 148;
- (E) 154.

**30**

Uma partida de futebol tem dois tempos de 45 minutos com intervalo de 15 minutos entre o primeiro e o segundo tempo. Uma partida começou exatamente às 16 horas e 30 minutos e o juiz deu 2 minutos de acréscimo no primeiro tempo e 4 minutos de acréscimo no segundo tempo. Além disso, um dos times se atrasou no intervalo do primeiro para o segundo tempo, que teve 3 minutos a mais.

Essa partida terminou às 18 horas e:

- (A) 9 minutos;
- (B) 17 minutos;
- (C) 20 minutos;
- (D) 24 minutos;
- (E) 30 minutos.

**31**

A negação lógica da sentença “Se corro muito, então fico cansado” é:

- (A) Corro muito e não fico cansado.
- (B) Se não corro muito, então não fico cansado.
- (C) Se corro muito, então não fico cansado.
- (D) Não corro muito e fico cansado.
- (E) Não corro muito ou fico cansado.

**32**

Pedro e Carla estão jogando o seguinte jogo: uma moeda é lançada três vezes consecutivas. Em cada lançamento, a probabilidade de sair cara é igual à probabilidade de sair coroa. Se saírem pelo menos duas caras consecutivas, Pedro é o vencedor. Se saírem pelo menos duas coroas consecutivas, Carla é a vencedora. Em qualquer outra hipótese, o jogo é considerado empate.

A probabilidade de o jogo terminar empatado é:

- (A)  $\frac{1}{2}$ ;
- (B)  $\frac{1}{3}$ ;
- (C)  $\frac{1}{4}$ ;
- (D)  $\frac{1}{8}$ ;
- (E)  $\frac{3}{8}$ .

**33**

Uma urna A contém cinco bolas numeradas com os números 1, 3, 5, 7 e 9. Uma urna B também contém cinco bolas, mas numeradas com os números 0, 2, 4, 6 e 8.

Retira-se, aleatoriamente, uma bola de cada urna e somam-se os números das duas bolas.

O número de valores diferentes possíveis para essa soma é:

- (A) 25;
- (B) 21;
- (C) 17;
- (D) 13;
- (E) 9.

**34**

Sofia é 25% mais alta do que Ana.

Ana é 40% mais baixa do que Nair.

A soma das alturas das três é 37,6 dm.

O número inteiro, em dm, mais próximo da altura de Ana é:

- (A) 16;
- (B) 13;
- (C) 12;
- (D) 10;
- (E) 9.

**35**

Jorge comprou uma televisão que custava R\$ 4.000,00 à vista, pagando em duas parcelas:

- a primeira, no ato da compra, no valor de R\$ 2.200,00;

- a segunda, um mês após a compra, no valor de R\$ 2.250,00.

A taxa mensal de juros cobrada de Jorge nessa compra foi de:

- (A) 5%;
- (B) 10%;
- (C) 15%;
- (D) 20%;
- (E) 25%.

**36**

Laura tem duas irmãs gêmeas mais velhas do que ela. O produto das idades (em números inteiros de anos) das três irmãs é 512.

A soma das idades delas três é:

- (A) 30;
- (B) 32;
- (C) 34;
- (D) 36;
- (E) 40.

**37**

Se  $x$  vacas produzem  $y$  litros de leite em  $z$  dias, então, com a mesma produtividade, o número de vacas necessárias para produzir  $m$  litros de leite em  $n$  dias é:

- (A)  $\frac{mxz}{ny}$ ;
- (B)  $\frac{mx}{nyz}$ ;
- (C)  $\frac{nz}{mxy}$ ;
- (D)  $\frac{xyz}{mn}$ ;
- (E)  $\frac{nx}{myz}$ .

**38**

Um fornecedor vende cada caixa de leite por R\$ 20,00. Esta semana esse fornecedor oferece a seguinte promoção:

“Compre quatro caixas de leite e leve a quinta caixa grátis”.

Leandro precisa comprar 13 caixas de leite esta semana e Leonardo precisa comprar 7 caixas de leite esta semana.

Se fizerem uma compra conjunta em vez de compras separadas, eles economizarão, no total:

- (A) R\$ 20,00;
- (B) R\$ 40,00;
- (C) R\$ 60,00;
- (D) R\$ 80,00;
- (E) R\$ 100,00.

**39**

Uma pesquisa coletou o preço de determinada mercadoria em 10 estabelecimentos e verificou que:

- a média dos quatro maiores preços era R\$ 36,40;

- a média dos outros seis preços era R\$ 34,60.

A média dos 10 preços coletados nessa pesquisa foi:

- (A) R\$ 35,64;
- (B) R\$ 35,50;
- (C) R\$ 35,46;
- (D) R\$ 35,32;
- (E) R\$ 35,28.

**40**

Luiza está construindo uma maquete do campus de sua universidade, em escala 1:200. No campus da universidade, há uma caixa d'água cúbica com capacidade para 64.000 litros de água.

Na maquete de Luiza, essa caixa d'água será um cubo de aresta:

- (A) 8,0 cm;
- (B) 6,4 cm;
- (C) 4,0 cm;
- (D) 3,2 cm;
- (E) 2,0 cm.

**Legislação Institucional****41**

Em tema de estrutura e de pessoal da Corregedoria Geral do Sistema de Segurança Pública do Estado do Amazonas, a Lei Estadual nº 3.204/2007, com as alterações inseridas pela Lei Estadual nº 3.930/2013, dispõe que tal órgão será dirigido por um Corregedor-Geral:

- (A) que exercerá suas funções com o auxílio de dois Subcorregedores-Gerais, todos indicados, escolhidos e nomeados em cargos em comissão pelo Governador do Estado;
- (B) indicado pelo Secretário de Segurança e por um Corregedor-Geral Adjunto, com auxílio de quatro Corregedores Auxiliares, indicados pelo Corregedor-Geral ao Secretário de Segurança, todos nomeados em cargos em comissão pelo Governador do Estado;
- (C) indicado pelo Secretário de Segurança, que exercerá suas funções com o auxílio de um Subcorregedor-Geral, indicado pelo Corregedor-Geral ao Secretário de Segurança, todos nomeados em cargos em comissão pelo Governador do Estado;
- (D) que exercerá suas funções com o auxílio de um Subcorregedor-Geral, ambos escolhidos pelo Governador do Estado e necessariamente ocupantes de cargo de Delegado de Polícia Civil, integrantes das duas últimas classes de carreira;
- (E) e por um Corregedor-Geral Adjunto, com auxílio de dois Corregedores Auxiliares, todos indicados pelo Secretário de Segurança e nomeados em cargo em comissão pelo Governador do Estado.

**42**

De acordo com a Lei Estadual nº 3.204/2007 do Amazonas, com as alterações promovidas pela Lei Estadual nº 3.930/2013, a Corregedoria Geral do Sistema de Segurança Pública do Estado do Amazonas tem, dentre suas finalidades, o exercício das funções de:

- (A) controle externo da atividade policial, em todos os níveis, com a fiscalização, disciplina e orientação administrativa das atividades desenvolvidas exclusivamente pelas Polícias Civil e Militar;
- (B) controle interno da atividade policial, com a fiscalização, disciplina e orientação administrativa das atividades desenvolvidas exclusivamente pelas Polícias Civil e Militar, bem como pelo Corpo de Bombeiros Militar e pelo Ministério Público;
- (C) fiscalização, disciplina e orientação administrativa das atividades desenvolvidas pela Polícia Federal e Rodoviária Federal, pelas Polícias Civil e Militar, pelo Corpo de Bombeiros Militar e demais Órgãos que compõem o Sistema Estadual de Segurança Pública;
- (D) fiscalização, disciplina e orientação administrativa das atividades desenvolvidas pelas Polícias Civil e Militar, pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelo Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas e demais Órgãos que compõem o Sistema Estadual de Segurança Pública;
- (E) fiscalização, disciplina e orientação administrativa das atividades desenvolvidas pelas Polícias Civil e Militar, pelo Corpo de Bombeiros Militar e demais Órgãos que compõem o Sistema Estadual de Segurança Pública, bem como pelas Guardas Civis Municipais.

**43**

Consoante estabelece a Lei Estadual nº 3.281, de 25 de julho de 2008, do Amazonas, a liberação dos recursos provenientes do Fundo de Reserva para as Ações de Inteligência será autorizada:

- (A) exclusivamente pelo Governador do Estado;
- (B) exclusivamente pelo Secretário de Estado de Segurança Pública;
- (C) exclusivamente pelo Secretário de Estado da Fazenda;
- (D) conjuntamente pelo Governador do Estado e Secretário de Estado de Segurança Pública;
- (E) conjuntamente pelos Secretários de Estado da Fazenda e de Segurança Pública.

**44**

De acordo com a Lei Estadual nº 3.719, de 12 de março de 2012, do Amazonas, o Sistema Integrado das Ações de Segurança Pública do Programa Ronda no Bairro:

- (A) tem a finalidade precípua de planejar, coordenar, controlar e integrar as ações de segurança pública nos Municípios com mais de 50 mil habitantes;
- (B) apresenta o objetivo específico de unificar as ações até então desenvolvidas pela Polícia Civil, pela Polícia Militar e Guarda Municipal relacionadas às atividades de repressão e prevenção de infrações penais;
- (C) possui formação híbrida, com órgãos federais (Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal), estaduais (Polícia Civil e Polícia Militar) e municipais (guardas municipais);
- (D) está inserido na estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública e sua coordenação é de competência da Secretaria Executiva Adjunta do Programa Ronda no Bairro – SEARB;
- (E) prevê a obrigatoriedade de diligências a serem realizadas diariamente por órgãos de segurança pública estadual e municipais, para repressão e prevenção de crimes.

**45**

De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Amazonas, é exemplo de forma de investidura por readaptação quando Mário, servidor público civil estável do Estado do Amazonas ocupante de cargo efetivo, retorna ao serviço:

- (A) no mesmo cargo de origem do qual havia sido demitido, por força de decisão judicial que invalidou sua demissão, com direito a todas as vantagens e direitos retroativos à data da demissão;
- (B) após sofrer um acidente que lhe causou limitação em sua capacidade física, conforme apurado por junta médica oficial, em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com tal limitação;
- (C) imediatamente após a extinção de seu cargo de origem ou a declaração de sua desnecessidade, em novo cargo com similares atribuições, remuneração e responsabilidades ao anterior;
- (D) ao mesmo cargo de origem, após serem declaradas insubsistentes as razões que determinaram sua aposentadoria por invalidez;
- (E) em cargo hierarquicamente superior, por força de promoção, mediante avanço horizontal ou vertical, com progressão na série de classes dentro da mesma carreira.

**46**

O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Amazonas (Lei nº 1.762/1986) estabelece que a licença:

- (A) para tratamento de saúde do próprio servidor depende de inspeção médica e será concedida pelo prazo de até 90 dias, prorrogável quantas vezes forem necessárias, com direito à remuneração integral no primeiro período de 90 dias e metade da remuneração nas demais prorrogações;
- (B) por motivo de doença em parente consanguíneo ou afim até segundo grau, e do cônjuge ou companheiro, quando provado que a sua assistência pessoal é indispensável e não pode ser prestada sem se afastar da repartição, ocorrerá sem prejuízo da remuneração do servidor;
- (C) para acompanhar o cônjuge removido ou transferido para outro ponto do território nacional ou para o exterior, ou eleito para exercer mandato eletivo, ocorrerá sem prejuízo da remuneração do servidor;
- (D) para tratar de interesses particulares, pelo prazo de até 1 ano, prorrogável quantas vezes forem necessárias, será com direito à remuneração integral no primeiro período de 1 ano e metade da remuneração nas demais prorrogações;
- (E) ao servidor convocado para o serviço militar e outras obrigações de segurança nacional será sem direito à remuneração e, ocorrido o desligamento do serviço militar, o servidor terá prazo de até 60 dias para reassumir o exercício do cargo.

**47**

Em relação à chamada licença especial, o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Amazonas (Lei nº 1.762/1986) dispõe que:

- (A) após cada três anos de efetivo exercício, o servidor fará jus à licença especial de um mês, com todos os direitos e vantagens do seu cargo efetivo de origem;
- (B) o servidor efetivo, que também seja ocupante de cargo em comissão, não terá direito à percepção, durante o período de licença especial, das vantagens financeiras do cargo em comissão que ocupar;
- (C) será concedida licença especial ainda que o servidor, no quinquênio correspondente, tenha gozado licença para tratamento de interesses particulares;
- (D) após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor fará jus à licença especial de três meses, com todos os direitos e vantagens do seu cargo efetivo;
- (E) será concedida licença especial ainda que o servidor, no quinquênio correspondente, tenha sofrido pena de multa ou suspensão.

**48**

Fernando, servidor público civil estadual do Amazonas, ocupante de cargo efetivo de Técnico de Nível Superior da Secretaria de Segurança Pública, era notoriamente conhecido por seus colegas de trabalho por não ter paciência com os cidadãos que lhe pediam informações em seu setor. Certo dia, Fernando passou dos limites e praticou ofensa física gratuita contra um cidadão, causando-lhe graves lesões. De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Amazonas (Lei n.º 1.762/1986), Fernando está sujeito à pena disciplinar de:

- (A) exoneração;
- (B) demissão;
- (C) destituição de função;
- (D) suspensão;
- (E) repreensão.

**49**

Consoante dispõe a Lei Delegada nº 79, de 18 de maio de 2007, é correto afirmar que a Secretaria de Segurança Pública do Amazonas:

- (A) tem finalidade de coordenação geral das atividades setoriais exclusivamente das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros Militar;
- (B) é competente para a concessão de autorização para funcionamento das empresas de vigilância e congêneres;
- (C) exerce o controle externo da atividade policial, incluindo as Polícias Civil e Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, bem como das Promotorias Criminais;
- (D) tem incluída, dentre outras, em sua estrutura organizacional, as Câmaras e Varas Criminais do Tribunal de Justiça;
- (E) é responsável pela guarda patrimonial dos bens públicos que compõem o acervo dos Municípios e do Estado.

**50**

Em relação às unidades integrantes da estrutura organizacional da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas, a Lei Delegada nº 79/2007 estabelece competência:

- (A) à Secretaria Executiva para programação, coordenação, supervisão e execução das atividades de representação política, administrativa e social do Secretário de Segurança Pública;
- (B) à Junta Médico-Pericial para execução das atividades de perícias do Instituto Médico Legal, mediante elaboração de laudos e pareceres médicos para elucidação de crimes;
- (C) ao Departamento de Inteligência para coordenação do levantamento de informações específicas sobre incidências criminais no Estado e realização de investigações em assuntos relacionados à segurança pública;
- (D) ao Departamento de Tecnologia para coordenação, planejamento e articulação, junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e à iniciativa privada, de programas pertinentes à política de segurança pública;
- (E) ao Departamento de Administração para coordenação, supervisão e execução das atividades relativas à execução orçamentária e financeira da Secretaria de Segurança Pública.

## Direito Administrativo

**51**

Integra a Administração Pública Direta e exerce, de forma centralizada, atividade administrativa do Estado, uma:

- (A) autarquia, que presta serviço público de guarda municipal para proteção de bens, serviços e instalações municipais;
- (B) fundação pública, que presta serviço público de segurança e inteligência de pessoas e bens, no âmbito do Estado;
- (C) empresa pública, que presta serviço relacionado à atividade econômica e o lucro é repassado ao poder público;
- (D) delegacia de polícia civil, que presta serviço público de apuração de infrações penais;
- (E) empresa concessionária de serviço, que presta serviço de transporte público coletivo intermunicipal.

**52**

A Administração Pública é organizada hierarquicamente e tem no ápice da pirâmide o Chefe do Poder Executivo, sendo as atribuições administrativas outorgadas a vários órgãos. Nesse contexto, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, quando o poder público estadual subdividiu um órgão (Secretaria de Estado de Agricultura e Pesca) em dois novos órgãos (Secretaria de Estado de Agricultura e Secretaria de Estado de Pesca), está-se diante da:

- (A) desconcentração administrativa;
- (B) concentração administrativa;
- (C) descentralização administrativa;
- (D) centralização administrativa;
- (E) delegação administrativa.

**53**

A Constituição da República de 1988 dedicou um capítulo à Administração Pública e, em seu art. 37, deixou expressos os princípios a serem observados por todas as pessoas administrativas. Dentre esses princípios expressos, que revelam as diretrizes fundamentais da Administração, destaca-se o princípio da:

- (A) competitividade, segundo o qual agente público deve desempenhar com excelência suas atribuições para lograr resultados mais produtivos do que aqueles alcançados pela iniciativa privada;
- (B) legalidade, segundo o qual existe uma presunção absoluta de que os atos praticados pelos agentes administrativos estão de acordo com os ditames legais;
- (C) pessoalidade, segundo o qual todos os administrados que se encontrem em idêntica situação jurídica devem ser tratados da mesma forma, sem privilégios pessoais;
- (D) improbidade, segundo o qual o administrador público deve pautar sua conduta com preceitos éticos e agir com honestidade;
- (E) eficiência, segundo o qual agente público deve desempenhar da melhor forma possível suas atribuições, para lograr os melhores resultados, inclusive na prestação dos serviços públicos.

**54**

Daniel, Policial Militar, ao realizar diligência destinada a reprimir o comércio ilícito de mercadorias receptadas, encontrou em flagrante delito seu amigo de infância Juvenal praticando crime. Por conta da longa amizade, Daniel deixou de realizar sua prisão em flagrante e liberou seu amigo, inclusive com os bens objeto do crime. No caso em tela, Daniel ofendeu mais diretamente os princípios administrativos da:

- (A) legalidade e pessoalidade;
- (B) autotutela e disciplina;
- (C) publicidade e eficiência;
- (D) hierarquia e disciplina;
- (E) moralidade e impessoalidade.

**55**

Hipótese 1: Governador do Amazonas editou decreto contendo atos gerais para complementar determinada lei estadual e permitir a sua efetiva aplicação.

Hipótese 2: Agentes da equipe de fiscalização de postura municipal de Manaus interditaram um mercado que funcionava sem alvará e apreenderam mercadorias impróprias para o consumo.

Nos casos apresentados, as providências administrativas adotadas pelos agentes públicos foram calcadas, respectivamente, nos poderes:

- (A) hierárquico e punitivo;
- (B) legislativo e disciplinar;
- (C) hierárquico e disciplinar;
- (D) legislativo e de fiscalização;
- (E) regulamentar e de polícia.

**56**

Os atos administrativos são emanados de agentes dotados de parcela do Poder Público e, por isso, estão revestidos de certas características que os tornam distintos dos atos privados em geral. Nesse contexto, é correto citar o atributo da:

- (A) retroatividade, que faz com que o ato retroaja à data em que ocorreu o fato que motivou sua edição;
- (B) imperatividade, que faz com que o ato seja cogente somente em relação às pessoas que forem intimadas do ato;
- (C) autoexecutoriedade, por meio do qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela própria Administração Pública, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário;
- (D) autotutela, por meio do qual o ato administrativo somente pode ser imputado ao particular a partir de decisão judicial que ratifique a legalidade do ato;
- (E) continuidade, por meio do qual o ato administrativo não pode sofrer interrupção a partir do momento em que o administrado for intimado de sua prática.

**57**

O Secretário de Segurança Pública do Amazonas praticou ato administrativo, por motivo de interesse público, que determinou a remoção do servidor João. Insatisfeito, João impetrou mandado de segurança pretendendo a invalidação do ato, ao argumento de que possui direito público subjetivo de permanecer lotado em seu órgão de origem, que se localiza mais próximo de sua residência. No caso em tela, a João:

- (A) assiste razão, pois se trata de ato discricionário e seria imprescindível que autoridade administrativa obtivesse previamente a concordância do servidor;
- (B) assiste razão, pois se trata de ato vinculado e não estão preenchidos os requisitos legais para remoção, eis que a nova lotação trará prejuízos ao servidor;
- (C) não assiste razão, pois se trata de ato discricionário no qual a autoridade administrativa tem liberdade na valoração dos elementos do motivo e do objeto do ato;
- (D) não assiste razão, pois se trata de ato vinculado no qual foram adotadas todas as cautelas legais e, mesmo se houvesse algum vício de legalidade, apenas o próprio Administrador poderia proceder à invalidação do ato;
- (E) não assiste razão, pois se trata de ato discricionário, porém o ato pode ser revogado a qualquer tempo pelo próprio Administrador ou pelo Poder Judiciário, por motivo de revisão de seu mérito.

**58**

Leandro, servidor público estadual estável ocupante de cargo efetivo, praticou grave falta funcional punível com pena de demissão. De acordo com a Constituição da República de 1988, Leandro poderá perder o cargo em virtude de:

- (A) sentença judicial contra a qual caiba recurso com efeitos devolutivo e suspensivo;
- (B) processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;
- (C) sindicância sumária em que lhe sejam assegurados contraditório e ampla defesa;
- (D) decisão da autoridade administrativa devidamente fundamentada, independentemente de prévio processo administrativo;
- (E) decisão da autoridade judicial devidamente fundamentada, independentemente de prévio processo judicial ou administrativo.

**59**

Letícia, servidora pública estadual ocupante de cargo efetivo, acaba de completar sessenta anos de idade e deseja se aposentar. Analisando seus dados funcionais, a servidora verificou que já cumpriu o tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no seu cargo efetivo atual em que deseja se aposentar. No caso em tela, é correto afirmar que, imediatamente, Letícia:

- (A) poderá se aposentar voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;
- (B) poderá se aposentar voluntariamente, com proventos integrais;
- (C) terá que se aposentar compulsoriamente, por ter atingido a idade máxima permitida;
- (D) não poderá se aposentar voluntariamente, porque ainda não cumpriu a idade mínima de sessenta e cinco anos;
- (E) não poderá se aposentar voluntariamente, porque ainda não cumpriu o tempo mínimo de quinze anos de efetivo exercício no serviço público.

**60**

Fabrício é servidor público estadual estável, mas, por força de nova lei, seu cargo efetivo acaba de ser extinto. De acordo com o regime jurídico previsto no texto constitucional sobre o tema, Fabrício:

- (A) ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de contribuição, até sua adequada reintegração em outro cargo, de carreira diversa;
- (B) será imediatamente reintegrado em outro cargo de similar natureza e remuneração;
- (C) ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo;
- (D) será imediatamente readaptado em outro cargo de similar natureza e remuneração;
- (E) será imediatamente exonerado, sem prejuízo aos cofres públicos, pelo princípio da supremacia do interesse público.

## Direito Constitucional

**61**

Pedro e Antônio, estudantes de direito, têm dúvidas sobre como compatibilizar o direito à liberdade de expressão com o direito à honra. Afinal, no entender dos estudantes, a irrestrita proteção de um deles faria que o outro fosse simplesmente ignorado. Como ambos os direitos estão previstos na Constituição da República, é correto afirmar que:

- (A) os direitos fundamentais possuem caráter absoluto, não sendo possível que sofram nenhum tipo de restrição, quaisquer que sejam as circunstâncias do caso concreto;
- (B) em ambientes democráticos, a liberdade de expressão sempre terá preeminência sobre o direito à honra, não sendo possível a sua restrição;
- (C) deve ser realizada a concordância prática entre os direitos colidentes, observadas as circunstâncias do caso concreto, de modo a identificar qual deles terá preeminência;
- (D) o direito à honra, enquanto projeção direta da dignidade humana, impede a realização de comentários negativos a respeito das atividades de qualquer pessoa;
- (E) os direitos fundamentais somente tornam-se efetivos quando disciplinados pela legislação infraconstitucional, que indicará qual deles deve preponderar.

**62**

José, vendedor ambulante legalmente estabelecido nas proximidades de uma Delegacia de Polícia, foi vítima da ação de criminosos armados, que levaram todas as suas mercadorias. Insatisfeito com a insegurança da localidade, pensou em processar o Estado. À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que:

- (A) o Estado sempre será responsabilizado objetivamente pelas falhas na segurança pública;
- (B) a conduta omissiva, com a infração do direito social à segurança pública, enseja a responsabilidade subjetiva do Estado;
- (C) a inobservância do dever genérico e universal de proteção da propriedade privada sempre enseja a responsabilidade objetiva do Estado;
- (D) tanto as condutas comissivas como as omissivas dos agentes do Estado sempre atrairão a responsabilidade objetiva deste ente;
- (E) o Estado, a exemplo do particular, somente pode ser responsabilizado, em qualquer situação, caso seja demonstrado o dolo ou a culpa dos seus agentes.

**63**

Peter, filho de um casal austríaco, nasceu no território brasileiro quando seus pais aqui estavam a serviço da Embaixada da Áustria. Após o seu nascimento, permaneceu no Brasil por cerca de dez anos, até que a família retornou ao País de origem. Como Peter passou a ter sólidos laços afetivos com o Brasil, sendo frequentes as suas viagens a passeio para este País, tomou a decisão de candidatar-se a um cargo eletivo que é privativo de brasileiro nato. É possível afirmar que Peter:

- (A) é brasileiro nato, já que nasceu na República Federativa do Brasil;
- (B) somente pode ser considerado brasileiro nato caso sua família tenha providenciado o seu registro de nascimento no Brasil, enquanto aqui residiu;
- (C) tem dupla nacionalidade, austríaca e brasileira, podendo praticar quaisquer atos civis e políticos na Áustria e no Brasil;
- (D) não pode ser considerado brasileiro nato, já que é filho de estrangeiros que estavam no Brasil a serviço do seu País de origem;
- (E) será considerado brasileiro nato tão logo promova o seu registro de nascimento em cartório do registro civil das pessoas naturais situado no Brasil.

**64**

Na medida em que o art. 24 da Constituição da República atribui competência concorrente à União, aos Estados e ao Distrito Federal para legislar sobre as matérias ali relacionadas, é possível afirmar que:

- (A) caso inexista lei da União a respeito das matérias referidas no art. 24, os demais entes exercerão a competência legislativa plena;
- (B) todos os entes federados referidos no art. 24 podem legislar livremente sobre as matérias ali relacionadas;
- (C) os Estados e o Distrito Federal somente podem legislar sobre as matérias previstas no art. 24 caso sejam autorizados em lei complementar editada pela União;
- (D) a União pode editar lei exaurindo a disciplina normativa das matérias previstas no art. 24;
- (E) os Estados e o Distrito Federal, ao legislarem sobre as matérias previstas no art. 24, somente podem estabelecer normas gerais.

**65**

O Supremo Tribunal Federal, por imperativo constitucional, tem competência para julgar, originariamente, determinadas autoridades pela prática de crimes comuns. Considerando a sistemática do denominado “foro por prerrogativa de função”, é correto afirmar que:

- (A) ele deve ser estendido, por analogia, às ações de natureza cível ajuizadas em face das autoridades que possuam tal garantia;
- (B) a garantia, embora seja aplicada aos Senadores, não é extensiva aos seus suplentes;
- (C) a legislação federal, regulamentando a Constituição da República, pode ampliar a competência do Supremo Tribunal Federal;
- (D) essa garantia exige que o agente seja julgado pelo Supremo Tribunal Federal, mesmo após a cessação do exercício funcional, pelos atos praticados à época do seu exercício;
- (E) ele deve ser estendido, por analogia, aos crimes de responsabilidade imputados aos membros do Congresso Nacional.

**66**

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988 e que sofreu diversas modificações, tem a característica de:

- (A) estabelecer a união indissolúvel dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, que possuem as competências legislativas nela referidas;
- (B) reger todos os entes que integram a Federação, quais sejam, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios;
- (C) ser formada por um texto único, não existindo disposição constitucional que não esteja compreendida pelos artigos originários ou pelos que foram acrescentados ao seu corpo permanente;
- (D) ter a sua eficácia condicionada à edição de padrões normativos infraconstitucionais que delimitem o seu alcance e definam os seus destinatários;
- (E) ter a sua eficácia condicionada à ratificação do seu texto pelas Assembleias Legislativas dos Estados-membros, de modo a preservar a autonomia política desses entes federados.

**67**

Após os trâmites processuais regulares, o Tribunal de Justiça de determinado Estado entendeu que a ordem jurídica não o autorizava a julgar um processo submetido à sua apreciação, o que deveria ser feito pelo Tribunal Regional Federal com jurisdição no mesmo território. Este último Tribunal, por sua vez, ao receber os autos, teve entendimento diametralmente oposto, entendendo que a causa deveria ser apreciada pelo Tribunal de Justiça. Considerando a sistemática constitucional, é correto afirmar que se trata de um conflito:

- (A) de competência, a ser dirimido pelo Supremo Tribunal Federal;
- (B) administrativo-jurisdicional, a ser resolvido pelo Conselho Nacional de Justiça;
- (C) de competência, a ser dirimido pelo Superior Tribunal de Justiça;
- (D) federativo, a ser resolvido pelo Supremo Tribunal Federal;
- (E) federativo, prevalecendo o entendimento do órgão jurisdicional federal.

**68**

No julgamento da representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, os Tribunais de Justiça devem observar que referida ação:

- (A) não é cabível no caso de ofensa a normas da Constituição Estadual que reproduzem normas da Constituição da República de repetição obrigatória;
- (B) pode utilizar normas da Constituição da República como paradigma de confronto, ainda que não tenham sido formalmente reproduzidas na Constituição Estadual;
- (C) pode utilizar, como paradigma de confronto, normas da Constituição Estadual que reproduzam, ou não, normas da Constituição da República;
- (D) pode ser julgada no plano estadual ainda que o Supremo Tribunal Federal tenha declarado a constitucionalidade do ato normativo impugnado sob o prisma da Constituição da República;
- (E) somente é cabível quando o paradigma de confronto for uma norma da Constituição Estadual que reproduza norma da Constituição da República.

**69**

A Assembleia Legislativa de determinado Estado da Federação, com o objetivo de aperfeiçoar os serviços prestados pelos Procuradores do Estado, alterou a Constituição Estadual. No entanto, somente uma entre as alterações promovidas encontra-se em harmonia com a Constituição da República, qual seja:

- (A) a Procuradoria do Estado foi dividida em duas instituições autônomas e independentes, a Procuradoria da Administração Direta e a Procuradoria da Administração Indireta;
- (B) foi vedado o exercício, pelos Procuradores do Estado, da atividade de consultoria jurídica do respectivo ente federado;
- (C) os Procuradores do Estado passaram a ter a garantia da inamovibilidade, de modo que não poderão ser removidos do órgão em que atuam por decisão do superior hierárquico;
- (D) o ingresso na carreira de Procurador do Estado tanto poderá ocorrer a partir do preenchimento de cargo de provimento efetivo como de cargo em comissão;
- (E) o Procurador-Geral do Estado pode ser escolhido entre não integrantes da carreira.

**70**

Edson, servidor público da área de segurança pública, tem refletido a respeito do alcance da garantia constitucional conhecida como “inviolabilidade do domicílio”. A partir da interpretação que realizou, formulou diversas proposições, mas somente uma delas encontra-se em harmonia com a Constituição da República. Assinale-a:

- (A) é peremptoriamente vedado ingressar no domicílio de alguém, em qualquer circunstância, sem ordem judicial;
- (B) a autoexecutoriedade dos atos administrativos permite que a administração tributária ingresse no domicílio individual quando lhe aprouver;
- (C) somente é possível penetrar, no domicílio alheio, sem o consentimento do morador ou ordem judicial, no caso de flagrante delito;
- (D) a garantia da inviolabilidade do domicílio estende-se aos escritórios profissionais;
- (E) a determinação judicial, autorizando a penetração no domicílio alheio sem o consentimento do morador, pode ser cumprida durante o dia ou à noite.



Realização

